

# A Sociologia e a Modernidade

António Teixeira Fernandes

O pós-modernismo aparece, em nossos dias, como um movimento multidimensional de ideias e de projectos, que pretende submeter à crítica o que a modernidade apresenta como dado absolutamente adquirido e inquestionável. Querendo fazer ruir o edifício das certezas que, por acção da Filosofia das Luzes, a sociedade tão afanosamente construiu no passado, engrossa os traços deixados ténues, aponta os espaços não preenchidos, aviva as cores tornadas sombra e precisa as formas lançadas na penumbra, numa palavra, traz para a ribalta das discussões culturais e científicas novos temas que orientem as buscas da sensibilidade e do conhecimento e outras preocupações na percepção e na apreensão da «realidade». Como processo que obedece a uma lei dialéctica, abarca dimensões opostas, de positividade e de negatividade — esse «espírito que nega sem cessar», de Mefistófeles<sup>1</sup> —, e exprime-se em diversos domínios da criação cultural e da produção científica. Movimento de uma sociedade em movimento, de um tempo em dúvida que se questiona sobre o que produz e sobre a forma como se produz, o pós-modernismo, em problematização constante, é já, em si mesmo, um tema de análise sociológica, antes, ou ao mesmo tempo, que aparece como um desafio para a sociologia. Na abordagem a que iremos proceder, deixamos, no entanto, de lado o estudo da multiplicidade dos pós-modernismos, cada um com as suas características próprias, para nos debruçarmos exclusivamente sobre a sociologia face à sua própria modernidade, na dupla dimensão substantiva e epistemológica.

---

\* Comunicação apresentada ao II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 a 7 de Fevereiro de 1992, aqui retomada com alguns desenvolvimentos.

<sup>1</sup> WOLFGANG VON GOETHE, *Faust*, Paris, Odej-Press, 1964, p. 46.

1. Considerado a partir da sensibilidade e da imaginação sociológicas, o pós-modernismo traduz-se por um pôr em causa de alguns esquemas de análise e por um voltar-se para outros fenómenos sociais. A utensilagem teórica que as ciências sociais têm vindo a construir está ligada ao modelo cultural da sociedade industrial. Ora, entraram em «crise» os principais paradigmas explicativos da evolução social, os esquemas lineares e teleológicos, as visões englobantes de um materialismo histórico, redutor do espaço de liberdade e de criatividade, e a «generosidade» de um idealismo acalentador de individualismos egoístas e de separações denegadoras da verdadeira autonomia pessoal. Dos escombros destes edifícios que parecem ter desabado, estão a nascer novas formas de relação social pautadas por outros valores e representações. A sociologia depara, neste contexto, com outros fenómenos sociais, que constituem desafio à sua investigação. Com esta mudança de algumas perspectivas, quanto às grandes questões que lhe são postas, importa saber em que medida se pode falar de pós-modernismo para a sociologia.

Aparecendo numa época em que a sociedade ocidental vivia imersa em profundas transformações, a sociologia constituiu-se, desde sempre, em conhecimento da contemporaneidade social. No período inicial, em que foi inspirada pelo positivismo, e, dessa forma, também mais foi seduzida pelas visibilidades futuras que a previsão conseguia fazer antever, ela afirma-se como reflexibilidade da sociedade existente, mesmo quando se considera o presente prolongado nas tendências ínsitas no seu devir. Esta ciência, no entender de Anthony Giddens, é «o discurso da modernidade, o discurso da interpretação reflexiva de nós próprios, emergente do cisma radical que separou as nossas vidas da vida das gerações anteriores»<sup>2</sup>. A sociedade em plena transformação, com descoincidentes tempos e ritmos de mudança, é para a sociologia um eterno presente, ao mesmo tempo que permanente invenção de futuro. Não obstante a abertura para outros tempos e para outros espaços, mesmo quando o mundo se revela com novas faces, é-se sempre prisioneiro do instante-devir, instante subjectivo e instante objectivo. Do ponto de vista substantivo, não existe, de facto, pós-modernidade para uma ciência que se ocupa sempre da modernidade, isto

---

<sup>2</sup> ANTHONY GIDDENS, «Dimensões da modernidade», in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 4, 1988, p. 238; ANTHONY GIDDENS, *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press, 1991; ALAIN TOURAINE, «Crise de la modernité», in *Les Usages de la Liberté*, Neuchâtel, Éditions de la Baconnière, 1990, pp. 201-233; JÜRGEN HABERMAS, *Le Discours Philosophique de la Modernité*, Paris, Gallimard, 1988; ANTOINE COMPAGNON, *Les Cinq Paradoxes de la Modernité*, Paris, Seuil, 1990; Peter BÜRGER, *Theory of the Avant-Garde*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1984.

é, deste nascer constante da história, do fazer e do refazer dos ligames sociais que os homens estabelecem entre si, e dos universos simbólicos resultantes dos processos de efabulação individual e colectiva. É próprio da sociologia uma constante sensibilidade em relação a tudo o que é novo, a tudo o que aparece e possa ser anunciador ou portador de profundas mudanças sociais.

Enquanto espaço de flexibilidade da modernidade, reflexibilidade talvez mais dialéctica do que hermenêutica, a sociologia experimenta uma dupla tensão. E atraída pelas abordagens macro e micro-sociológica e mostra-se atenta ao já existente e ao novo. Esta tensão resulta da multidimensionalidade própria da modernidade, e abre por si mesma, de forma natural, ao pluriparadigmatismo, na análise dos complexos fenómenos sociais.

A tensão entre o macro e o micro-sociológico deriva particularmente do facto da sociologia ser «a única disciplina entre as ciências sociais» que conserva «a relação com os problemas da sociedade global»<sup>3</sup>. Revestindo-se, portanto, de um carácter de globalidade, é tentada por perspectivas abrangentes de explicação e de compreensão da realidade social, ao mesmo tempo que, por razões de natureza metodológica, é orientada para aspectos particulares, na sua análise empírica.

Mas, no momento em que a sociologia busca a sua maior cientificidade possível, aquela atracção por modelos globais de análise deverá ser acompanhada por uma desconstrução da noção de totalidade. Este conceito não é, na verdade, uma categoria da ciência e, nessa medida, quando transposto para a sociologia, torna-se, com frequência, mais adequado à retórica do que ao discurso científico. A questão da modernidade, fazendo actuar aquele conceito de globalidade como descrição da experiência, traduz-se em termos de mudança epocal, enquanto ruptura que afecta particularmente o mundo da cultura, isto é, s referenciais representativos e valorativos do mundo existencial vivido. Este conjunto de problemas, recorrendo a construções teóricas grandiosas, dá origem não raro ou é pretexto para o discurso eloquente, recheado de metáforas, na razão directa da descontinuidade que se atribui à evolução histórica. A tendência, neste caso, é para sublinhar a radicalidade das mudanças em curso e o seu carácter paradigmático. Nelas se veicula um projecto futuro para a

---

<sup>3</sup> Jürgen Habermas, *Théorie de L'Agir Communicationnel*, Paris, Fayard, 1987, Tomo I, p. 20. Guy Bajoit, propondo um «paradigma relacional», centrado na análise das relações sociais, procura fundar «uma macro-sociologia e uma micro-sociologia das condutas sociais», tentando ligar estreitamente a macro e a micro-sociologia. GUY BAJOIT, *Pour une Sociologie Relationnelle*, Paris, PUF, 1992, pp. 7, 10, 43, 90 e 298; ANTHONY Giddens, *La Constitution de la Société*, Paris, PUF, 1987, pp. 194-200.

sociedade humana, fazendo-se participar o devir histórico da generosidade ou do pessimismo do respectivo autor.

Não há conhecimento sem atribuição de conhecimento. E esta atribuição passa pela apreensão-assimilação da realidade. A produção teórica resulta desta relação entre atribuição e assimilação, relação dialéctica em que o sujeito se «objectiva», acomodando-se ao objecto, e este se «subjectiva», assimilando-se ao sujeito. Poderá, por isso, revestir-se de alguma artificialidade o atender, em separado, ao que é próprio dos factos e ao que é próprio da teoria, na medida em que isso introduza ruptura no processo de conhecimento. Não existem factos, nesta óptica, sem atribuição de conhecimento, e este sem aqueles. Entre eles, há uma interdependência e uma complementaridade correlativas. Ao resultado desta relação, chamamos conhecimento científico e que, na expressão de Jürgen Habermas, se constitui com «a ajuda de uma pretensão transsubjectiva à validade»<sup>1</sup>, em que se materializa a objectividade.

A sociologia não poderá dispensar certamente os grandes paradigmas. São eles que contextualizam o acto epistemológico e oferecem à pesquisa a sua orientação. Não é possível a abordagem da realidade sem a sua prévia construção, e esta construção social é, antes de mais, construção de totalidade, embora, no trabalho empírico, se proceda à segmentação dos problemas e dos objectos. Mas, enquanto conceito filosófico, a totalidade pode tornar-se uma noção vazia. A ciência tem necessidade de fragmentar a realidade para a estudar, adoptando procedimentos metodológicos adequados. O todo não é sensível, não se oferece à investigação empírica imediata, porque é sempre um conceito e, por isso, uma abstracção. Recusando a noção de totalidade da tradição metafísica, a ciência introduz uma nova concepção de totalidade, não hipostasiada, mas que se faz no próprio processo de conhecimento e que aparece como enquadramento geral da investigação. Nessa medida, tem um papel importante na pesquisa científica, contextualizando o acto epistemológico e oferecendo significação ao estudo do parcelar. De acordo com tal perspectiva, mantém-se alguma sedução pelas grandes teorias herdadas do passado. A sociologia continua a ocupar-se do capitalismo e do socialismo, do industrialismo e do pós-industrialismo, do moderno e do pós-moderno, do totalitarismo e da democracia, do pacifismo e da guerra. Aqueles modelos apresentam, porém, nos diversos autores e em relação a estes problemas, uma orientação mais especulativa ou mais analítica, mais retórica ou mais científica. Poderá dizer-se que a sua dimensão retórica desenvolve-se na razão directa

---

<sup>4</sup> JÜRGEN HABERMAS, *Théorie de L'Agir Communicationnel*. Tomo I, pp. 25-26.

do seu apoucamento científico, porque a preocupação retórica tende a procurar consenso em questões que não encontram solução na ordem da demonstração, apelando, por isso, mais para o provável do que para o controlável. O seu campo é o da praticidade, não o domínio da discursividade científica controlada, em que os problemas são resolvidos dialogicamente.

Voltada para o convencimento, não para a análise, a retórica proporciona o agradável e fácil conforto de se ter sempre razão, porque, convertendo os conceitos em imagens e metáforas, oferece uma superabundância de sentidos. Jogando com a ilusão de um mundo novo só pelo facto de que novas são as imagens, este procedimento corre o risco de trazer para a ciência uma certa demagogia, com empobrecimento do discurso científico que, como tal; deve cultivar a univocidade contra toda a tentação de polissemia.

Mas o surgimento de novas formulações poderá significar igualmente que a realidade social apresenta outros contornos e que a sociologia se debate com diferentes problemas. Entraram, de facto, no vocabulário corrente da sociologia várias expressões para designar o processo de mudança. Os discursos sobre a nossa modernidade abordam a sociedade actual como sociedade pós-industrial, pós-política, pós-militar, pós-ideológica, pós-cristã, pós-religiosa, pós-metafísica, pós-materialista, pós-socialista, pós-comunista, pós-liberal e pós-moderna. A utilização destas designações cria algumas aporias e lança a sociologia em situações contraditórias. A sociedade diz-se pós-industrial, mas encontra-se a braços com o problema do desenvolvimento, a nível nacional e planetário, encarado de acordo com o modelo industrial ocidental. A sociedade diz-se pós-política, a braços com a erosão ou mesmo o ruir dos Estados e o conflito entre os poderes mundial, nacional e local — em que a cidadania começa a tomar formas de cosmopolitismo —, atirados entre a centralização que não podem mais ocultar e a democracia. A sociedade diz-se pós-militar, confrontada com inúmeros focos de guerra. A sociedade diz-se pós-ideológica, mergulhada no conformismo e no ingénuo optimismo ocidentais, na procura de novas formas de legitimação das práticas sociais e políticas. A sociedade diz-se pós-religiosa e pós-cristã, com graves carências de esperança e a braços com renovados teleologismos e outros meta-sociais, sob a forma de novos movimentos religiosos ou de utopias capazes de abrir alguns espaços de liberdade. A sociedade diz-se pós-metafísica, envolvida numa crise de fundamentação e na busca das razões de ser para as coisas. A sociedade diz-se pós-materialista, alienada no consumismo que não deixa lugar para outros horizontes nem permite estabelecer uma verdadeira relação e participação inter-subjectivas. A sociedade diz-se pós-socialista e pós-comunista, dilacerada por

problemas de justiça social e de exclusão, e confrontada com extensas manchas de penúria. A sociedade diz-se pós-liberal, a braços com a exploração e a dominação, e com uma crescente atracção pelos modelos de neo-liberalismo. A sociedade diz-se pós-moderna sem ter realizado plenamente os ideais da modernidade. A pós-modernidade poderá querer significar a desintegração da modernidade, mas não é a resolução das suas contradições, porque dessas contradições tende a valorizar apenas alguns dos seus termos. Pretendendo privilegiar as diferenças sobre as dominações, continua a proporcionar a apropriação e a gestão das mais-valias.

Todo o momento histórico é, na verdade, tempo de tensão e isso é particularmente válido para o mundo ocidental. Considerando a identidade cultural da Europa, Edgar Morin afirma que o génio europeu «não reside na produção do novo como tal, reside no antagonismo do velho e do novo (o novo pelo novo degrada-se em moda, em superficialidade, em snobismo e em conformismo)»<sup>5</sup>. Importante será, então, o encontro dos antagonismos e das complementaridades. A ciência produz-se nesta dialógica e nesta dialéctica. O que, aliás, mais desperta normalmente a atenção e impressiona no novo é o que vai ao encontro de aspirações e desejos antigos.

Um certo «nívelamento» dos estilos de vida nem sequer tem dado origem a uma homogeneização das aspirações e a uma mudança radical da experiência humana. Aquelas designações parecem traduzir somente a necessidade de novos imaginários e de outras utensilagens de apreensão do real, para um mundo que se revela em vias de deslocação das suas bases, e exprimem certamente o cepticismo em relação aos sistemas globais de interpretação da sociedade. Mas revelam também a situação normal da sociologia, de uma ciência que nasce na mudança e vive da premente mudança, em tensão entre o consenso e o conflito, a estabilidade e o devir.

Um pressuposto epocal está subjacente a estas diversas categorizações da pós-modernidade. Todas as épocas tendem a elaborar teorias da modernidade, como problematização do processo civilizacional em curso. Mas a análise dos discursos do pós-modernismo exige uma certa descodificação desses discursos para se descobrir o que se afirma e o que se recusa. Na medida em que continuam a considerar o novo, o que aparece como emergente, à luz dos quadros conceituais próprios e adequados ao passado, ainda que em termos de crítica do passado e de anúncio de reconstrução do presente, são discursos em si mesmo tensionais, recheados de conflitos, porque mais anunciadores e proféticos

---

<sup>5</sup> EDGAR MORIN, *Pensar a Europa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, pp. 101 e 102.

do que analíticos. Do ponto de vista do conhecimento, tendem a transpor a questão da temporalidade para o âmbito da espacialidade, através, muitas vezes, da conversão do prefixo *pós* em *topos*, como procedimento mais cómodo para o seu tratamento, e assim a perder o sentido da dialéctica.

Aquelas expressões podem constituir ainda um filtro na análise dos fenómenos sociais. O pós-modernismo parece manifestar uma propensão para valorizar alguns paradigmas em detrimento de outros. Consubstancia normalmente em si uma crítica directa ou velada a toda a prática científica «normal»<sup>6</sup>, como se o cientista social, nas lides da investigação, tivesse sido atingido por um certo daltonismo. O pós-modernismo, arvorado em paradigma, mas sem contornos teóricos definidos, e transformado em modelo imperialista, procura tirar credibilidade a tudo o que está associado ao projecto da modernidade, isto é, às teorias evolucionistas, materialistas, racionalistas ou iluministas.

A sociologia manifesta, de muitas formas, a sua nostalgia pelos esquemas explicativos que recorrem a uma última instância. Embora não exista última instância explicativa, o aprofundamento da cientificidade parece ser acompanhado, em nossos dias, pela recusa do sacrifício que está ligado ao abandono quer das teleologias quer das diversas «teologias» do social. Os grandes esquemas de análise sociológica têm frequentemente o encanto de «teologias» do social. São, de facto, os esquemas voltados para a captação da totalidade dos fenómenos que mais apelam a um meta-social.

A ciência não pode viver sem modelos suficientemente compreensivos, mas, na sua prática normal, confronta-se quotidianamente com inúmeros focos de tensão criados na sociedade actual. Aqui radica a outra orientação, a preocupação micro-sociológica. A modernidade aparece igualmente como lema de encontro de problemáticas que afectam a realidade social nos seus diversos aspectos. Neste particular, a sociologia não difere de outros domínios culturais. Também ela se vê forçada a proceder a escolhas e estas são determinadas pela sensibilidade que os cientistas sociais revelam. Tais sensibilidades, por sua vez, são alimentadas e condicionadas pela configuração das novas formas de sociabilidade e de associação emergentes ou há muito existentes no interior da sociedade. A realidade humana não é estática. Atravessada como é de dinamismos, estão continuamente em processo de criação novas formas de vida, que constituem para a sociologia, ao mesmo tempo, atracção e desafio.

O que a pós-modernidade parece revelar é que está a assistir-se a uma nova era para a sociologia, era que postula tanto a recusa dos dis-

---

<sup>6</sup> THOMAS S. KUHN, *La Structure des Révolutions Scientifiques*, Paris, Flammarion, 1976.

curiosos retóricos como das análises fragmentárias, não contextualizadas teoricamente, talvez menos estas do que aqueles. Segundo Pierre Bourdieu, «as operações mais humildes assim como as mais nobres da ciência valem o que vale a consciência teórica e epistemológica que acompanha essas operações»<sup>7</sup>. Ora, esta falta de consciência afecta normalmente tanto os primeiros como as segundas. Aquela recusa, se leva a sociologia a descobrir outros modelos, reforça também a exigência de que a produção sociológica continue a alimentar-se da relação entre macro e micro-análise, entre o global e o parcial, superando o espontâneo antagonismo por uma complementaridade dialéctica. Todo o conhecimento pretende alcançar a globalidade, mesmo quando, por razões metodológicas, somente consegue atingir o parcial. Tende, por isso, a ser global porque conhecimento e parcial porque científico. Se então a ciência fragmenta a realidade para obter um conhecimento controlado, unicamente por aproximações sucessivas poderá obter aquela globalidade. Os dois vectores fecundam-se um ao outro, tirando a um a mera especulação em mundos de possíveis, e ao outro a queda num empobrecido empirismo. O desenvolvimento de um — quando devidamente articulados e ambos necessários ao progresso do «saber» — faz precisar os contornos do outro, impedindo a fuga para a mera especulação ou para a busca do conforto na ingénua descrição positivista. Por sua vez, a atenção prestada aos fenómenos emergentes permite à sociologia, permanente ciência da modernidade, apreender o que vai sendo constantemente para ela questionante. Isto é tanto mais verdadeiro quando é certo que o tempo é devir e, nessa medida, participa do que já não é e do que ainda não é, mas se anuncia. A sociologia é a ciência da permanente modernidade, isto é, dos sistemas e dos processos de mudança social.

2. Mas não serão, por certo, as questões de natureza substantiva as que, neste particular, maiores problemas têm levantado à sociologia. Pela *ratio cognitiva* que lhe é própria, esta ciência mantém, como tentámos mostrar, uma orientação que lhe possibilite abordar as diversas dimensões e captar os diferentes dinamismos da realidade social. O problema fundamental que aqui se levanta é de natureza epistemológica.

Várias são as manifestações do que correntemente se designa por crise da racionalidade moderna, enquanto triunfo da razão e do progresso, da ciência e da técnica. Em consequência disso, existe

---

<sup>7</sup> PIERRE BOURDIEU, *Postface* a Erwin Panofsky, *Architecture Gothique et Pensée Scolastique*, Paris, Minit, 1967, p. 167; EDGAR MORIN, *Science avec Conscience*, Paris, Fayard, 1982.

actualmente, na prática científica, uma tendência a pôr em causa a racionalidade iluminista e a buscar uma nova recomposição dos modelos da ciência, opondo uma nova racionalidade à racionalidade da ciência clássica normal. Há quem pretenda encontrar nesta orientação uma ruptura epistemológica. Entendemos, no entanto, que se trata de uma certa descontinuidade na produção científica, devido mais a um processo dialéctico do que a um corte mais ou menos radical. Não são novos paradigmas que substituíram, ou estão em vias de substituir, os que há bem pouco tempo eram praticados; está sobretudo a operar-se, na história e no conhecimento, uma certa lei dialéctica, ainda que com algumas tendências disruptivas.

Não é possível visualizar, na verdade, nas sociedades de hoje, a eventualidade de um regresso ao irracionalismo, nem isso seria, por certo, desejável. O que será criticável na razão iluminista será a tendência a reprimir manifestações, consideradas importantes, do espírito dos povos.

Para se compreender aquela dialéctica, importante será atender a dois aspectos fundamentais: a «natureza» desta nova racionalidade e o seu alcance na prática científica. Saber quais destas dimensões possa ter prioridade, não lógica mas factual, é uma questão que poderá igualmente ter a sua relevância, assim como o saber se estes problemas são próprios de quem se ocupa da análise empírica ou da construção teórica, embora esta última distinção seja destituída de relevância científica, do ponto de vista teórico-metodológico.

**2.1.** O surgimento de uma nova racionalidade poderá resultar, antes de mais, do grau de consciência que se tem dos procedimentos utilizados pela sociologia. Os paradigmas usados pela ciência tendem a captar unicamente alguns aspectos da realidade, deixando de fora um vasto campo de fenómenos. Ora o fluxo de novos factos conduz ao aprofundamento e extensão dos quadros teóricos existentes. Se uma das funções da teoria consiste em orientar a pesquisa de campo, a esta função parece ser também inerente um risco. Todo o modelo cria um campo de referência que determina a visão da realidade a partir de uma dada óptica. Ver outra coisa exige a mudança de modelo. A «crise» dos paradigmas existentes opera-se, então, na própria prática científica, desde que não permitam considerar factos que se vai tornando pertinente abordar, ou porque os fenómenos que passam a ser dados em observação não são apreendidos, em medida suficiente, pela utensilagem conceptual disponível. No primeiro caso, o detonador é a própria imaginação sociológica, o factor fundamental do avanço da ciência. No segundo, são os factos que pressionam o desenvolvimento de novos modelos. A produção científica vive desta permanente tensão

entre descoberta e inovação, isto é, entre os factos que buscam a razão e a razão que questiona os factos. A inovação opera através da teorização. A descoberta, age mediante a apresentação de novos factos à evidência da razão.

Em qualquer dos casos, é o próprio acto epistemológico da prática científica normal que é posto em causa.

E comum distinguir-se entre conhecimento eidético e conhecimento racional. O primeiro valoriza a inteligência e a intuição. O segundo, dá o primado à razão. A construção da ciência, na modernidade, faz apelo sobretudo à razão, convertendo o acto epistemológico num encadeamento de procedimentos demonstrativos actuados principalmente mediante a ordenação de causas. Compreende-se, por isso, que a racionalidade ligada ao projecto humanista do Renascimento e aos avanços da ciência dos séculos XVII e XVIII, encontre a sua expressão mais acabada no Iluminismo. Na história, na filosofia e na ciência, tende, em consequência, a ser valorizado o que mais atinge os esplendores da razão. Mas a produção do conhecimento esteve também sempre associada ao deslumbramento e à imaginação.

O primado dado à racionalidade no conhecimento teve como consequência a racionalização da realidade. O positivismo promoveu essa racionalização à sua maneira, procurando identificar a estrutura do conhecimento com a estrutura do real, muito para além dos isomorfismos existentes, com a preocupação de nele obter a positividade que se converte, só por si, em objectividade. E. Durkheim superou alguns limites deste positivismo, vendo na divisão do trabalho social uma diferenciação estrutural dos sistemas sociais, nesta diferenciação um processo de modernização, e na modernização a acção da racionalidade. Mas, entre os clássicos da sociologia, é sobretudo Max Weber que compreende a modernidade como racionalização, descobrindo no seu desenvolvimento um processo de diferenciação dos sistemas de acção e das correspondentes estruturas simbólicas. Para ele, a modernização arrasta consigo a racionalização e a complexificação das imagens do mundo. O mundo vivido racionalizado é atingido nas suas dimensões essenciais, isto é, nos domínios cognitivo-instrumental, moral-prático e estático-prático<sup>8</sup>. Max Weber é indubitavelmente o sociólogo que revela uma maior sensibilidade em relação a este trabalho da racionalização na história, com as suas consequências visíveis nos domínios da política, da religião, da ciência, da economia, do

---

<sup>8</sup> ÉMILE DURKHEIM, *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF, 1976, pp. 205, 403, 404 e 406; Jürgen HABERMAS, *Théorie de L'Agir Communicationnel*, Tomo 1, pp. 30, 50, 59 e 250 e Tomo II, p. 233; ERNST TROELTSCH, *Protestantisme et Modernité*, Paris, Gallimard, 1991.

direito e das diversas expressões artísticas. A este processo, que atinge a significação e a liberdade da actividade experiencial do homem, dá o nome de «desencantamento do mundo», expressão que traduz um fenómeno em desenvolvimento e exprime uma nostalgia.

Reduzir o acto epistemológico, enquanto acto de conhecer, à pura racionalidade, no caso concreto das ciências do homem, poderá parecer, de facto, demasiado redutor. Primeiro, porque nem todos os conhecimentos são convertíveis à razão. Segundo, porque na trama da existência colectiva, nem todas as dimensões do real são tematizadas pelos próprios actores sociais. A cultura, na sua acepção sociológica, é da ordem do irracional, na medida em que obedece a padrões de conduta interiorizados, que actuam por inércia. Finalmente, porque as condutas humanas se pautam normalmente mais por sentimentos do que por ditames racionais. Racionalizar a realidade social acarreta, por isso, sempre o risco de abandono de fenómenos importantes ou, o que talvez poderá ser ainda pior, a sua redução à categoria de racionalidade.

Que o acto epistemológico deva apreender todas as dimensões do real, é uma questão que não levanta qualquer dúvida. O problema está em saber se esse objectivo é metodologicamente atingível e, nesse caso, como se alcança. Algumas alternativas se oferecem ao cientista.

Uma via consiste em atender, de forma devidamente articulada, às particularidades do conhecimento científico e à configuração da realidade. O primeiro implica a obediência a exigências formais e materiais da construção teórica, exigências ditadas tanto pela epistemologia como pela metodologia. A segunda, pertencente à ordem do factual e da positividade, revela ao cientista uma diversidade de dimensões e o seu carácter de racionalidade ou de irracionalidade. O conhecimento é sempre da ordem do abstracto e o real é sempre da ordem do concreto. Por sua vez, o conhecimento do todo está no princípio e no fim do conhecimento de cada uma das suas partes constitutivas. E, se o vector epistemológico vai do racional ao real, procede-se à complexificação da razão para se simplificar a realidade. A articulação de teorias de curto, médio e longo alcance torna-se, então, de particular importância para cada tipo de pesquisa que se pretenda realizar, na medida em que permite manter uma relação activa entre modelos e factos sociais. Situam-se aqui os que procuram explorar ao máximo as teorias existentes e os construtores de novos paradigmas.

Outra via consiste na utilização de procedimentos diferentes. Se antes se privilegiava a razão, valoriza-se agora o sentimento. Se antes se recorria à explicação, agora adopta-se a compreensão. Se antes se explorava o nexos causal, agora usa-se a hermenêutica. Se antes havia a preocupação da causalidade real, agora tende-se para a causalidade cognitiva. Recorrendo a coordenadas que permitam compreender o

mundo vivido e abrir novas perspectivas, pretende-se desenvolver os pólos antitéticos e considerar as potencialidades que eles oferecem. Alimentada, não raro, por alguma imaginação sociológica, esta posição presta-se quase sempre à retórica, favorecida pelas dicotomias criadas. Produzem-se discursos eloquentes, tanto mais ricos de adjectivações valorativas, quando menos recheados são de conteúdo analítico. Situam-se aqui os profetas da ciência do futuro. Se alguns destes se dizem defensores de um pós-modernismo será talvez por um erro de posicionamento, porque, de acordo com a análise de Peter Bürger, conformam-se mais com o vanguardismo.

Uma terceira via consiste em ponderar as vantagens e desvantagens de um e outro daqueles procedimentos. Não se abandonam os modelos mais em uso, não por mera habituação, mas pela capacidade operativa que continuam a revelar, ao mesmo tempo que se rejeita qualquer fechamento a novas propostas. Esta ambivalência traduz-se por graus variados de acomodação do novo aos esquemas conceptuais existentes, com o objectivo de discernir outros aspectos da realidade, sem se perder de vista a sua operacionalidade. Mas a preocupação vai, neste caso, menos no sentido das grandes construções teóricas do que na direcção do trabalho de campo. Situam-se aqui os que se dedicam à pesquisa empírica.

São três tipos de atitude perante a prática científica, numa época que se vai designando pós-moderna. De lado, ficam aqueles que recusam qualquer alteração da sua prática de pesquisa habitual, tendo por virtude o fechar os ouvidos ao canto de sereias que vêm de direcções onde os caminhos lhes parecem minados de perigos. Para eles, a cientificidade normalizou-se, constituiu-se em sistema fechado, canónico e dogmático, reduzindo-se o que se chama «investigação» a procedimentos mais ou menos ritualizados e onde os sacrifícios são feitos no altar do positivismo. Deste positivismo, nada há a esperar. Unicamente do risco da racionalidade poderá resultar o êxito no avanço científico. A comodidade do positivismo está em que ele tem sempre razão.

**2.2.** Do ponto de vista do alcance da teoria na prática científica, a chamada pós-modernidade coloca a sociologia perante outro tipo de problemas. A busca de uma nova racionalidade é imputada também à composição/recomposição da realidade social. Não está aqui em causa a mudança dos procedimentos lógicos da produção científica, mas a própria configuração da experiência humana. A passagem a outra forma de racionalidade aparecerá, desde então, como efeito induzido. Foi-se tornando difusa, na verdade, uma sensibilidade particular em relação ao fazer e refazer das sociabilidades, à recons-

trução da vida social e à institucionalização dos poderes. É, no entanto, a intersubjectividade do mundo vivido, no pontilhado dos seus conflitos, que desejamos, de momento, relevar.

A intersubjectividade do mundo vivido foi, na verdade, atingida pela modernidade. «A glorificação carismática da «Razão»» que, segundo Max Weber, «é a última forma que adoptou o carisma dentro das suas múltiplas possibilidades»<sup>9</sup>, conduziu à racionalização das imagens do mundo, dando origem, por sua vez, a novas estruturas de consciência. A sociologia, de entre as ciências sociais, talvez a que mais se adequa à problemática da racionalidade, tem procedido, desde há longo tempo, à análise das componentes cognitivas, normativas e expressivas da cultura e à passagem da racionalização cultural à racionalização social. Nomeadamente a sociologia compreensiva weberiana, sublinhando o processo reflexivo da compreensão, ao empreender tal projecto, procurou seguir a via de desenvolvimento da racionalização, tanto formal como material, e descobrir o crescente desencanto em relação às imagens tradicionais do mundo. Max Horkheimer e Theodor W. Adorno prosseguiram, de acordo com orientações que lhes são próprias, esta abordagem e tentaram circunscrever a racionalidade social no espaço da racionalidade instrumental.

Se as imagens do mundo se tornarem, tanto para uma sociologia compreensiva como para uma teoria crítica, o principal tema de pesquisa foi porque elas constituem o quadro de referência para a interpretação de tudo o que existe, fornecendo ao mesmo tempo um núcleo fundamental de conceitos e uma base que produz e assegura a identidade dos grupos e dos indivíduos. Os diversos agrupamentos sociais criam a sua própria identidade no contexto dessas imagens do mundo e é através delas que se compreende a orientação da sua acção, como actividade dotada de sentido.

A distinção introduzida por G. W. F. Hegel entre espírito subjectivo, espírito objectivo e espírito absoluto pode, nesta perspectiva, revelar-se de alguma relevância. Não interessará à sociologia a análise do espírito absoluto. Esse é o campo da metafísica. Interesse menor poderá igualmente ter para ela o estudo do espírito subjectivo, enquanto domínio específico da psicologia. A sua atenção centra-se sobre o espírito objectivo, como espírito que se materializa na realização histórica, como mundo experiencial e representativo.

---

<sup>9</sup> MAX WEBER, *Economia y Sociedad*, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964, II, p. 937; ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES, «Individualismo, subjectividade e relação social», in *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, Série Filosofia, n.º 7, 1990, pp. 59-82.

Consciente deste «mundo vivido racionalizado», Jürgen Habermas, na sua «teoria do agir comunicacional», tenta elaborar uma concepção da sociedade como «actividade comunicacional», enquanto «mundo vívido intersubjectivamente partilhado». A atenção prestada a esta «intersubjectividade do mundo» e à objectividade de um conhecimento produzido «com a ajuda de uma pretensão transsubjectiva à validade»<sup>10</sup> leva a privilegiar outras dimensões da realidade, razão porque nos parece oportuno referir a sua proposta de análise.

De acordo com esta perspectiva, deixam de ser consideradas apenas as relações de causalidade entre fenómenos, campo particular do determinismo e da explicação, para serem relevadas as motivações e as acções dotadas de uma significação, situadas num campo de liberdades, e tomadas objecto particular da hermenêutica, da sociologia compreensiva e da análise dialéctica. Mais do que recorrer às estruturas sociais, procura-se valorizar as intencionalidades, e a cultura enquanto sistema de interpretação do mundo. A razão explicativa desta mudança de olhar sobre a realidade parece ser simples. Os limites do mundo de qualquer grupo social são os limites da sua própria cultura. O laboratório social em que se transformaram as sociedades de Leste vieram, aliás, sublinhar esta orientação, trazendo para primeiro plano a questão dos nacionalismos e das diferenciadas culturas que, por exemplo, o pensamento marxiano negligenciou. Esta recomposição da realidade social — ou, mais rigorosamente, a forma como se passa a ver a configuração do real — põe em relevo os sistemas culturais que reflectem o saber subjacente aos diversos grupos sociais, como inter-acção mediatizada por símbolos e inter-acção mediatizada por normas, e postula simultaneamente o recurso a outros procedimentos metodológicos e a diferentes modelos científicos. A descoberta de uma nova racionalidade traduz, de facto, também uma certa incapacidade, por parte dos modelos disponíveis, para se apreenderem e se compreenderem as formas sociais emergentes, nomeadamente quando se pretende atingir a sua dimensão de intersubjectividade.

---

<sup>10</sup> JÜRGEN HABERMAS, *Théorie de l'Agir Communicationnel*, Tomo I, pp. 14, 19, 25, 26, 29, 30, 31, 59, 60 e 74; JÜRGEN HABERMAS, *Dialéctica e Hermenêutica*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1987; HANS-GEORG GADAMER, *Verdad y Método*, Salamanca, Ediciones Sígueme, 1984; LUDWIG WITTGENSTEIN, *Tractatus Logico-Philosophicus*, Paris, Gallimard, 1961; JEAN GOTTFRIED VON Herder, *Idées pour la Philosophie de l'Histoire de L'Hunmité*, Paris, Aubier, 1962; RAYMOND AWON, *La Philosophie Critique de l'Histoire*, Paris, J. Vrin, 1970; PAUL Ricoeur, *Le Conflit des Interprétations*, Paris, Seuil, 1969; BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento, 1989.

Relacionada com a intersubjectividade do mundo vivido e, consequentemente, da busca da intencionalidade e do sentido, está a questão do novo tipo de conflitualidade. A modernidade adquiriu igualmente importância pelas crises abertas e pelas patologias suscitadas. Para além das realizações mais ou menos grandiosas que conseguiu operar nas sociedades, provocou ainda alguns auto-bloqueamentos que deram origem a movimentos sociais de protesto. As relações de classe ocupam, neste tipo de sociedade, o centro dos antagonismos. Em consequência disso, a principal conflitualidade centrou-se à volta das relações de classe, envolvendo dois protagonistas essenciais, a classe burguesa e a classe operária: primeiro, a burguesia em emulação com a aristocracia pelo exercício da hegemonia política; depois, o proletariado em luta com a burguesia pela libertação da exploração e da opressão.

Nesta sociedade que se vem chamando pós-industrial e pós-moderna, surgem outros tipos de conflito. Segundo alguns autores, como A. Touraine, Claus Offe e Jürgen Habermas, os novos conflitos sociais transferiram-se do contexto da produção para outros domínios. Enquanto, no entender de A. Touraine, «a sociedade industrial tinha transformado os meios de produção, a sociedade pós-industrial modifica os fins da produção, isto é, a cultura»<sup>11</sup>. Da esfera laboral, os conflitos deslocaram-se para o mundo da cultura, da socialização e da integração social. Os factores detonadores não são propriamente a desigualdade na distribuição dos rendimentos, mas sobretudo as questões relacionadas com o estilo de vida, a realização individual, a generalização da cidadania, com a consequente garantia da igualdade de direitos e a possibilidade efectiva de participação em todos os níveis da vida social. Em função desta nova «natureza» da conflitualidade, se distinguem as modalidades de resistência ou de recusa, e as diferentes potencialidades de emancipação.

**3.** Como resultado destes dois vectores — a «natureza» da racionalidade e o alcance das teorias face à constante mudança da realidade social — resultam alguns desafios para a sociologia.

Conservando uma relação com a totalidade da sociedade, ao mesmo tempo que procura desenvolver práticas científicas em campos epistemológicos regionais, esta ciência é posta face a uma permanente tensão, que a orienta, ora para a busca de modelos abrangentes — pos-

---

<sup>11</sup> A. TOURAINE, *Production de la Société*, Paris, Seuil, 1973; *Le Retour de l'Acteur*, Paris, Fayard, 1984, p. 223; CLAUS Offe, *Lo Stato nel Capitalismo Maturo*, Milano, Etas Libri, 1979; Jürgen HABERMAS, *Théorie de L'Agir Communicationnel*, Tomo II, pp. 431-433.

tulados pelo apelo a totalidade —, ora para a aplicação de esquemas de curto alcance —, resultantes do facto de, no processo de investigação, deparar imediata e directamente com o particular.

Por outro lado, vai-se tomando uma acrescida consciência de que a cultura, enquanto mundo da intersubjectividade humana, é o espaço em que se encontram os homens, no seu pensar e no seu agir comuns. A existência é um universo de liberdades coexistentes, unificadas, na sua diversidade, pela cultura. E se, pelo seu pensamento, o homem se liberta dos limites da sua individualidade, pelos valores e pelas representações colectivas, as sociedades transcendem-se a si mesmas e fogem à rotina do seu quotidiano. Deste modo, como factor de identidade, meio de distinção e propulsor de imaginário, a própria cultura converte-se em principal campo de conflitualidades, nas sociedades actuais. A este nível se inscrevem os principais antagonismos das relações sociais, porque nele se põem os grandes problemas relativos à gestão do presente e à programação do futuro.

Da convergência e do cruzamento destas diferentes problemáticas, derivam as principais questões epistemológicas com que se debate hoje a sociologia. Não se trata somente de saber se as teorias devem ser de curto ou de longo alcance. Importante será considerar ainda a capacidade dos procedimentos operativos de apreensão da realidade, nas diversas dimensões que a compõem, ultrapassando a oposição entre as abordagens.

Neste plano, se situa a análise do acto epistemológico da sociologia, quando esta ciência se confronta com o que se vai chamando pós-modernidade.

Enquanto proposta de modelo de conhecimento científico, o pós-modernismo apresenta-se correntemente como superação da prática tradicional de investigação e como questionamento da ciência normal. Desconstruído o conceito, aparece, no entanto, como um pós-iluminismo apresentado sob a forma de anti-iluminismo. Enquanto pós-iluminismo, não abandona a racionalidade iluminista, mas procura completá-la com elementos da proposta romântica. Nessa medida, associa racionalidade (pós-iluminismo) e sentimento (anti-iluminismo) no processo de conhecimento. O problema não é o de saber se a sociologia deve privilegiar, na sua análise, os fenómenos que supostamente se consideram portadores de racionalidade. A questão reside antes em ver se o conhecimento, no seu acto epistemológico, comporta e integra as capacidades da razão e as capacidades do sentimento. Não está em causa o facto do sentimento ser portador de «formas» de conhecimento. Aceitamos, para o propósito que é presentemente o nosso, pacificamente este dado. O aspecto importante a salientar é que essas «formas» de conhecimento, uma vez integradas no processo de conhe-

cimento científico, são assimiladas à razão, não só porque a ciência trabalha com modelos racionais formais, mas também porque tende a evitar a subjectividade. As parcelas de conhecimento presentes tanto na subjectividade do sentimento como nas ideologias podem ter importância — e têm-na certamente — a montante da pesquisa científica, mas não no próprio acto epistemológico. Somente a racionalidade garante a superação das sensibilidades e dos sentimentos, que poderão impedir a inteligência de ver com clareza, e de se obter, em consequência, o conhecimento com características de universalidade.

A proposta do pós-modernismo não pode, por isso, negar a razão na busca do conhecimento, caindo num certo romantismo, porque negar a razão é negar a própria ciência. O que a pós-modernidade poderá ter de positivo para a ciência não se encontra na oposição de uma racionalidade a outra racionalidade, mas na extensão desta a áreas mais vastas do real e no alargamento dos procedimentos no campo da racionalidade formal. É sobretudo a este duplo nível que a pós-modernidade é — ou pode ser — questionante para a prática científica da sociologia.

4. O questionamento que a pós-modernidade traz para o interior da investigação científica em sociologia impõe, por isso, algumas reservas no que diz respeito à proposta hermenêutica. Enquanto descodificadora do sentido, centrada sobre a análise das linguagens e meta-linguagens, a hermenêutica pode aplicar-se tanto a uma compreensão relativa à experiência comunicativa do quotidiano, como aos próprios factos sociais, na medida em que estes se desenrolam num campo de acção dotada de sentido. Os fenómenos aparecem também como texto e contexto da acção, e a hermenêutica procura fazer regressar ao nível da consciência reflexiva o que está pré-estruturado no mundo vivido, através da tradição. Ela atinge, deste modo, o conhecimento enraizado na facticidade da história, e, nessa facticidade, assume tudo o que é presente, isto é, tudo o que conserva a capacidade para determinar a acção e o pensamento. O seu campo privilegiado de aplicação é, consequentemente, o universo das representações no domínio do vivido e da tradição.

A abordagem hermenêutica encerra, no entanto, alguns limites. Salientaremos, de seguida, os aspectos que consideramos de maiores consequências para a sociologia.

A acção social não se esgota, antes de mais, numa sociologia compreensiva e, muito menos, numa hermenêutica, procedimentos que procuram descobrir o sentido do agir intersubjectivo expresso simbolicamente. A hermenêutica, voltada para a significação dos factos sociais, relevando os valores e as representações, deixa de lado — e apenas o pode fazer por razões metodológicas — o sistema de relações

sociais que subjaz a esse universo simbólico. Ora, incidindo preferentemente sobre a cultura, tende a isolar a estrutura social, como contexto de significação e, ela mesma, fonte de sentido. O contexto objectivo da acção social é constituído não só pela linguagem, como ainda pelo trabalho e pela dominação. Os elementos oferecidos pela hermenêutica e pela sociologia compreensiva continuam a deixar a sociologia enleada em algumas antinomias, como a do estático e do dinâmico e, sobretudo, a da estrutura e da significação, sem oferecerem um verdadeiro contributo à sua solução. Tendem normalmente, em nosso entender, a desenvolver um dos termos da antinomia. O papel que a consciência hermenêutica pode desempenhar no campo da investigação científica é certamente o de tornar presente a pré-estrutura simbólica dos fenómenos sociais e a importância que essa pré-estruturação tem para a compreensão da acção. Põe em primeiro plano as condições existenciais e promove a sua compreensão a partir de estruturas simbólicas da vida social. Ora, o domínio objectivo da sociologia está, de facto, pré-estruturado pela tradição.

Outro limite que a hermenêutica acarreta para a sociologia é o de tender a apagar a ruptura que existe entre os discursos do quotidiano e os discursos da ciência. Os enunciados científicos, com o seu carácter hipotético-dedutivo, distinguem-se e distanciam-se claramente do mundo vivido. A hermenêutica postula a transposição do conhecimento científico, isto é, o conteúdo das teorias, para o contexto do existencial social, de forma a promover a reconversão dos sentidos. Mas esta reconversão de sentidos arrasta consigo também o apagamento da especificidade do discurso científico e leva a retirar-lhe a necessária objectividade. Se o campo da hermenêutica é, de facto, o da reflexão dentro das linguagens naturais, poderá tornar-se limitada quando aplicada à linguagem da ciência, que obedece a outros procedimentos formais de elaboração.

A flexibilidade da modernidade que a sociologia promove é, finalmente, mais dialéctica do que hermenêutica. Esta flexibilidade dialéctica é, na verdade, mais adequada à análise do que se vem chamando pós-modernidade, porque considera a diferença e o contraste, enquanto a hermenêutica tende a analisar a identidade e a unificação. Tanto a dialéctica como a hermenêutica buscam a racionalidade, sem atingirem embora o mesmo nível de racionalidade. Se a dialéctica é um instrumento apropriado para detectar a ruptura de sentido, a hermenêutica procura antes a redescoberta da unidade de sentido, a partir e englobando o sentido que vem do passado. A dialéctica sublinha a oposição, a hermenêutica salienta a mediação. Ora, não se pode separar a sociologia do âmbito da ciência, e existem limites na racionalidade hermenêutica. Valorizando a racionalidade do conhecimento

sociológico e alargando o campo da sua flexibilidade, o pensamento dialéctico não opõe as questões da explicação e da compreensão em que se consubstanciam alguns problemas de método no domínio desta ciência, para além de permitir detectar o movimento que liga o presente e o futuro, a positividade e a negatividade, e as contradições existentes nos projectos em acção da modernidade.

Se, portanto, a compreensão hermenêutica se inscreve no campo da linguagem ordinária, pode apreender o sentido que o presente veicula no fluir do tempo, no seu fluxo e refluxo constantes, enquanto momento de um processo. A sua análise está voltada para a captação do sentido do mundo e do quotidiano vivenciado na coexistência das liberdades. Mas este sentido da realidade social situa-se no interior de coordenadas de temporalidade, onde aparece mais adequada a operacionalidade da dialéctica. Por outro lado, a abordagem hermenêutica tende a esquecer a especificidade do discurso científico. Mesmo no domínio da linguagem quotidiana, aparece sem capacidade para abordar as perturbações dessa linguagem que, a nível individual, exigem a psicanálise, e, a nível colectivo, a crítica das ideologias. A análise sociológica, porque pretende atingir as estruturas sociais e os universos simbólicos, terá de recorrer a uma multiplicidade de procedimentos metodológicos, nomeadamente à flexibilidade dialéctica, associando explicação e compreensão. A complexibilidade dos fenómenos sociais, objecto da sociologia, não se compadece, na verdade, com o monismo metodológico. Ocasionalmente existem em que será conveniente recorrer, para além do individualismo metodológico, ora à análise estrutural, ora à abordagem dialéctica, ora à compreensão hermenêutica, ou à combinação destes diversos procedimentos, de acordo com os objectivos do estudo que se pretende realizar.

5. Pelas questões que a pós-modernidade levanta e pelas propostas que oferece, vê-se claramente que ela é, em si mesma, um campo de problemáticas que envolvem quer as realidades que são dadas em objecto, quer o próprio acto epistemológico. Deste campo de problemáticas somente poderá sair a sociologia através de uma prática de investigação enformada por uma viva consciência do método. Parece ser, na verdade, a este nível do processo de produção científica que a questão se poderá tornar mais pertinente.

Um notável esforço se tem feito indubitavelmente no desenvolvimento teórico. A produção científica aí está, nos mais diversos domínios, para o comprovar. As elaborações teóricas aparecem com desigual alcance e com diferente fundamentação. Mas o esforço é considerável e a comunidade científica da sociologia é disso bem consciente.

Também se tem procedido a um desenvolvimento dos procedimentos técnicos, de técnicas quantitativas e qualitativas. São diversos os instrumentos operativos hoje à disposição dos sociólogos empenhados no trabalho de campo, desde os recursos mais tradicionais às propostas mais recentes.

Não falta tão pouco uma importante recolha de dados. A sociografia oferece actualmente à sociologia e à sócio-lógica um manancial de materiais susceptíveis de interpelar e activar o questionamento no âmbito desta ciência. Neste domínio, tem sido feito igualmente um considerável investimento.

São as questões de abordagem da realidade, em termos epistemológicos e metodológicos, que parecem, por vezes, requerer uma abordagem com maior aprofundamento e precisão, sem esquecermos os esforços sérios também aqui desenvolvidos. A teoria desempenha, na pesquisa de campo, o papel polivalente de quadro de iluminação, de ordenação e de leitura da realidade. Mas não oferece necessariamente a angulação adequada à melhor leitura. Esta angulação é fornecida pela metodologia. A abordagem metodológica promove a decomposição teórica da realidade, mediante procedimentos analíticos e, desse modo, inscreve-se no trabalho de construção da própria ciência. Esta decomposição, ao revelar os diversos níveis dos fenómenos em estudo, permite aventar as hipóteses mais criativas e individuar as variáveis que oferecem uma melhor perspectiva de análise da realidade, aparecendo como um desenvolvimento normal da teoria na sua preocupação de aproximação dos fenómenos sociais. Segundo Max Weber, é a «experiência racional, como meio de uma experiência controlada e digna de confiança» que torna possível «a ciência empírica actual». Esta experiência é o «grande instrumento do trabalho científico» que permite à obra de investigação, a cada momento, «ser superada»<sup>12</sup>. Situa-se assim entre a teoria e o dado empírico, como lugar de questionamento de uma e de outro, revestida, por isso, de capacidade para sugerir os procedimentos mais operacionais. É ela que indica ao investigador as estratégias de pesquisa e o tipo de aproximação que se revela mais apropriado ao estudo do fenómeno em causa.

Considerar, por exemplo, a sociedade a partir do conflito ou do consenso envolve perspectivas metodológicas diferentes, do mesmo modo que estudá-la a partir da micro ou da macro-análise. Cada método corresponde, de facto, a uma forma de representação do social e a um modo adequado de aproximação. Na investigação científica, se

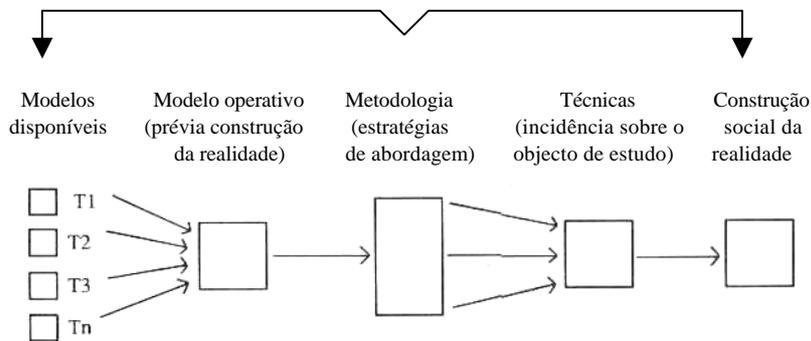
---

<sup>12</sup> MAX WEBER, *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, s/d, pp, 156 e 162.

não se procura, nada se encontra. E não se procura, se antes não se procede à decomposição da realidade, situando os seus diversos níveis e delimitando as variáveis que a compõem.

A complexidade da realidade social exige, em princípio, a utilização de uma pluralidade de procedimentos metodológicos. A prévia decomposição analítica do fenómeno social em estudo, com a indicação precisa do objectivo que se quer alcançar e das variáveis que se pretendem controlar, permite, desde logo, descobrir o tipo de abordagem mais adequado. Não opomos entre si, em termos de mútua exclusão, as análises estrutural, dialéctica e hermenêutica, assim como não consideramos como incompatíveis a sociologia explicativa e a sociologia compreensiva. Contrapor a compreensão à explicação é, para a sociologia, uma falsa questão ou um dilema sem sentido. Porque é ciência, tem que procurar a explicação; porque se centra sobre fenómenos humanos, deve atingir a compreensão. A multidimensionalidade deste mundo social obriga-a, como busca de explicação, a recorrer às análises estrutural e dialéctica e, como descoberta de sentido, à utilização da hermenêutica. Não se trata, contudo, de abordagens que se esgotam em si mesmas, porque tanto a análise estrutural é reveladora de sentido, como a hermenêutica considera o contexto, que é de carácter estrutural. Saber quando usar a análise estrutural, a abordagem dialéctica ou os procedimentos hermenêuticos, ou a combinação destas diversas metodologias, depende da consciência do método que o cientista possua e do objectivo que se propõe com a investigação.

A metodologia é constituída por todo o procedimento que conduz à elaboração do conhecimento. De forma esquemática, a construção social da realidade poderá apresentar-se da seguinte forma:



Do deficiente desenvolvimento da metodologia, poderão resultar algumas aporias. Por um lado, a teoria tende a apresentar-se de forma especulativa ou de forma retórica. Por outro lado, o desenvolvimento

das técnicas conduz a trabalhos de orientação prevalentemente sociográfica. Do relativo distanciamento entre teoria e factos sociais deriva, por vezes, uma fraca articulação entre os elementos que integram a pesquisa, com prejuízo para a produção científica sociológica, enquanto conhecimento experimentado ou controlado. Este conhecimento obtém-se através dos mecanismos de atribuição (do espírito) e de assimilação (da realidade), mediados por adequados procedimentos metodológicos.

**6.** Poderá dizer-se, para concluir, que a permanente modernidade coloca a sociologia perante uma situação que lhe é normal e que tem necessidade de olhar com normalidade: uma situação, mais do que de «crise», de desafio constante. Desafio, porque o que existe de forma mais recorrente na sociedade humana é a mudança. Esta mudança é imputada simultaneamente ao homem, como ser em devir, e à sociedade, como processo civilizacional. Mas também de «crise», porque tal mudança, pelos desafios que oferece, questiona a prática científica, nomeadamente aos níveis dos modelos teóricos existentes, da mutabilidade da «realidade» e da abordagem metodológica que melhor permita a aproximação, por parte da teoria, dessa mesma realidade. E no quadro destas três dimensões da investigação que nos parece pertinente situar as diversas buscas no campo da teoria e dos fenómenos sociais, e a sensação do possível mal-estar sadiamente sentido por muitos cultores da sociologia.